

**Juventude(s) e ensino médio: fatores internos e externos do abandono escolar na última etapa da educação básica**

*Youth(s) and high school: internal and external factors of school abandonment in the last stage of basic education*

Sandy Caroline Seabra Coelho  
Ronaldo Marcos de Lima Araujo  
**Universidade Federal do Pará - UFPA**  
Belém – Brasil.

**Resumo**

O artigo objetiva caracterizar o perfil da(s) juventude(s) paraense(s) e abordar os motivos internos e externos à instituição escolar que provocam o abandono no ensino médio. Como procedimento metodológico elegeu-se a pesquisa bibliográfica e análise de documento. Os resultados mostram que as principais causas relacionam-se à dificuldade de conciliar os estudos com o emprego, à gravidez, sucessivas reprovações, etc. Verificamos um ensino marcado por sérios problemas de fluxo e conclusão, gerados para além de questões escolares, por fatores produzidos pela desigualdade social. Conclui-se reconhecendo a necessidade de políticas educacionais que enfrentem essa realidade e contemplem as demandas dos jovens da classe trabalhadora, oferecendo-lhes acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos, à cultura e ao trabalho, assegurando-lhes o exercício da cidadania.

**Palavras-chave:** Juventude (s); Educação Básica; Ensino Médio; Abandono escolar.

**Abstract**

The article aims to characterize the profile of Pará's youth (s), as well as addressing schooling issues the internal and external reasons for the school institution that make students drop out of high school. As a methodological procedure, were chosen bibliographic and documentary revision, in researches that take as an object of study school dropout in high school. Among the results, we identified that the main motivators are related to the difficulty of reconciling studies with employment, pregnancy, in many cases early, successive failures, among other factors. We verified a teaching marked by serious problems of flow and completion, generated in addition to strictly school issues, by factors produced by social inequality. It concludes by recognizing the need for educational policies that face this reality, that contemplate the demands of young working class people, with the perspective of offering them opportunities to access scientific and technological knowledge, culture, work, ensuring the exercise of their citizenship.

**Keywords:** Youth (s); Basic education; High school; Dropout of school.

## ***Juventude (s) e ensino médio: fatores internos e externos do abandono escolar na última etapa da educação básica***

### **Introdução**

O trabalho é resultado da pesquisa, em desenvolvimento. O presente texto tem como objetivo caracterizar o perfil da(s) juventude(s) paraense(s), especificamente nas questões relacionadas à escolarização, bem como abordar os principais fatores do abandono escolar no âmbito do ensino médio público. Compreender esse movimento, que é determinado por fatores externos e internos à escola, contribui para a análise das preocupantes taxas de fluxo escolar registradas no contexto do ensino médio paraense. Além disso, tratamos, ainda que brevemente, sobre a categoria juventude(s) e o perfil da juventude paraense.

Como procedimento metodológico se elegeu a pesquisa bibliográfica em estudos que tomam como objeto de análise o abandono escolar no ensino médio brasileiro. Como principal fonte, utilizou-se o catálogo de Dissertações e Teses da plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os termos utilizados para busca foram: abandono escolar; ensino médio e gestão escolar, ambos com o uso das aspas.

A partir do levantamento foram selecionamos 19 textos entre os anos de 2011 a 2018, sendo 17 dissertações e 2 teses. Também se fez a leitura de artigos científicos identificados no portal de periódicos da CAPES<sup>1</sup> que trabalharam com a temática do abandono escolar no âmbito do ensino médio público, em algumas investigações identificamos casos de abandono que foram estudados por gestores de escolas públicas.

Assumimos como referenciais teóricos autores como Silva (2020), Groppo (2017), Kuenzer (2005), Canário (2004), entre outros, que direcionam para a compreensão do tema em tela. Realizamos, também, a análise do documento elaborado pela Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisas (PARÁ, 2018) para identificar as características acerca do perfil da(s) juventude(s) no estado do Pará. O referido relatório encontra-se disponível para consulta pública no site da fundação, segundo a FAPESPA sua elaboração teve como objetivo promover informações para subsidiar a tomada de decisões dos gestores públicos do estado acerca da juventude paraense.

Verificamos, de modo geral, que os trabalhos acerca do abandono escolar estão organizados em duas linhas de análise que consideravam os fatores internos e os fatores externos à escola. Ressaltamos que a última etapa da educação básica no Brasil enfrenta

constantemente dilemas e é cercada por vários desafios que não se restringem apenas às dimensões pedagógicas, porém envolvem principalmente questões geradas pelos modelos econômicos adotados que produziram, historicamente, muitas desigualdades sociais no país.

O artigo está estruturado em duas seções e as considerações finais. Na primeira seção abordamos, ainda que brevemente, a categoria juventude(s), bem como o perfil da(s) juventude(s) paraense(s) com base no relatório elaborado pela FAPESPA (2018). Na seção seguinte, elaborada por meio da pesquisa bibliográfica, tratamos a respeito do ensino médio, especificamente dos fatores que causam o abandono escolar e limitam a conclusão dos estudantes na última etapa da educação básica.

### **O perfil da(s) juventude(s) paraense(s)**

A juventude, ou mais precisamente juventudes, como alguns autores da área abordam o tema, por compreenderem que não há uma juventude, mas várias, pois os sujeitos apresentam modos de ser e viver diversificados e, dessa forma, não há uma única ideia de juventude. Com isso, por se tratar de uma categoria complexa e multifacetada, a concepção de juventude(s) assume diferentes perspectivas, especialmente na literatura, como analisa Cassab (2011, p. 158).

É recorrente na bibliografia o reconhecimento das dificuldades de se definir juventude e jovem. A princípio, é possível delinear três grandes acepções que norteiam o conceito de juventude. Uma primeira, que procurará definir juventude a partir de um recorte etário – entre 15 e 24 anos, no caso da Organização Mundial de Saúde (OMS). A segunda relaciona a juventude a uma fase de transição – a passagem da infância à vida adulta. Por fim, uma última, que associa a juventude a um eterno devir, a um projeto de futuro, sendo, portanto, negado o presente.

A autora elucida a complexa missão de definir juventude(s), uma vez que essa categoria é composta por uma “série de diferentes”. Cassab (2011, p. 159) afirma que é significativo compreender que “são tantas as juventudes quantas são as classes sociais, a etnia, a religião, o gênero, o mundo urbano ou rural e os tempos. Ou seja, juventude é uma categoria socialmente construída. Daí sua mutabilidade ao longo da história”. Nesse sentido, a definição da categoria juventude não cabe ser colocada em uma “forma”, uma vez que é dinâmica e multável historicamente.

Entretanto, como posto anteriormente, há diferentes perspectivas que envolvem a categoria juventude(s), a colocada acima por Cassab (2011) é uma delas. Por outro lado, de

***Juventude (s) e ensino médio: fatores internos e externos do abandono escolar na última etapa da educação básica***

acordo com Groppo (2017), a partir da metade do século XX a sociologia da juventude tem criado teorias acerca da concepção de jovens e de juventudes. Em seus estudos, o autor abordou as concepções de juventudes elaboradas pela sociologia e relaciona com as principais vertentes nas políticas sociais e educacionais voltadas aos jovens, as quais são: teorias tradicionais, críticas e pós-críticas da juventude.

Para as teorias tradicionais, a concepção de juventude está associada a uma ideia quase que biopsicológica, uma vez que é determinada como uma etapa de transição entre a infância e a vida adulta, esse ciclo compõe sua principal característica (GROPPO, 2017). Todavia, o autor afirma que no tempo de juventude “[...] os indivíduos correm o risco de desenvolver comportamentos anômicos, ingressar em grupos desviantes e protagonizar disfunções sociais: não à toa, ao lado da socialização, é a delinquência juvenil o grande tema das teorias tradicionais da juventude” (GROPPO, 2017, p. 10).

Por outro lado, as teorias críticas apresentam a ideia de classes e divisão de classes como ponto de partida para pensar a(s) juventude(s). Segundo Groppo (2017), no interior da concepção crítica há três correntes teóricas, as quais são: a reformista, a revolucionária e a classista, amplas possuem seus respectivos autores: Karl Mannheim (1982), Erik Erikson (1987), e Pais (1993). Para as duas primeiras correntes, de Mannheim (1982) e Erikson (1987 apud GROPPPO, 2017, p. 10), “apesar de reconhecerem o papel transformador das juventudes, desconfiam dos movimentos juvenis radicais e advogam uma reforma da sociedade moderna em crise não sua superação”.

A corrente classista, por sua vez, de Pais (1993), “tem como um dos seus principais méritos desmistificar a noção de uma cultura juvenil extra-classes, bem como de uma juventude ou geração jovem uniforme” (GROPPO, 2017, p. 10). Dessa forma, não seria possível pensar a juventude fora de uma classe social. Além disso, foram incorporados a essa corrente os estudos culturais de Birmingham, citado por Groppo (2017), que culminam “contra a interpretação simplificadora de que havia mero processo de homogeneização, igualando estilos de vida de classes populares, médias e altas, os estudos culturais valorizam a ação criadora e combinatória dos sujeitos” (p. 10). Essa corrente considera o caráter transformador da(s) juventude(s).

As teorias pós-críticas, da década de 1970, contrapõem-se à concepção pensada pela teoria tradicional da sociologia da juventude que, como colocado anteriormente, concebe

juventude como etapa de transição entre a infância e a vida adulta, com isso apresenta papel secundário de socialização. As teorias pós-críticas “tenderam a negar a permanência ou a validade da estrutura das categorias etárias [...] outras, entretanto, relativizaram a concepção de socialização [...] propondo que as juventudes contemporâneas efetuavam múltiplas e ativas socializações” (GROPPO, 2017, p. 11).

Nesse sentido, Groppo (2017, p. 11) analisa, mais precisamente, o segundo movimento pensado no interior da teoria pós-crítica que “[...] em vez de negar a noção de socialização, estas teorias pós-críticas a recriam, contestando o sentido tradicional de socialização, na qual gerações adultas educam unilateralmente as novas gerações”.

Dessa maneira, o autor afirma, ainda, que “se o processo de transição não é (mais) linear, a socialização se torna múltipla e ativa” (GROPPO, 2017, p. 11). Para tanto, o que marca o fim da juventude não é mais, por exemplo, a saída da escola e/ou a entrada no mercado de trabalho, uma vez que a ideia de juventude e as formas de socialização tornaram-se “mais plural, admite reversibilidades e tem participação ativa dos sujeitos” (GROPPO, 2017, p. 11).

Compreender, ainda que brevemente, as teorias pensadas pela sociologia da juventude contribuem para entender as diferenças e divergências que cercam a concepção de juventude ao longo da história, bem como suas influências na formulação de políticas públicas, especialmente na educação. Sob essa perspectiva, Groppo (2017, p. 13) destaca:

Há, certamente, tendências recentes muito positivas. Primeiro, o apelo de sociólogos da juventude e da educação para um diálogo mais aberto e franco entre as escolas de ensino médio e as culturas juvenis (Dayrell (2007); Martins; Carrano (2011). Por meio deste diálogo, os educadores poderiam deixar de ver as vivências dos jovens para além da educação formal como mera barreira ao aprendizado ou desvio, bem como poderiam considerar a riqueza das criações juvenis como veículo para a construção de conhecimentos escolares mais significativos.

Considerar as diferenças que são intrínsecas à juventude e ao ser humano de forma geral, é significativo para pensar as políticas públicas a esses sujeitos e, especificamente, as práticas educativas no processo de aprendizagem nas escolas, em especial, de ensino médio. Diante das teorias apontadas, consideramos a teoria crítica como sendo a representante da concepção de juventude(s) trabalhada neste texto, especificamente a corrente classista, pois é importante refletir que os jovens estão inseridos em um contexto

## ***Juventude (s) e ensino médio: fatores internos e externos do abandono escolar na última etapa da educação básica***

social, composto por classes sociais antagônicas entre si, com isso é necessário considerar as relações e as transformações vividas pelos jovens na sociedade de classes.

Ao considerarmos o perfil da juventude paraense, o relatório elaborado pela Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisas (PARÁ, 2018) em parceria com a Fundação ProPaz<sup>2</sup>, apresenta informações relevantes acerca das características dos jovens no Pará. Um dos principais objetivos do estudo foi disponibilizar informações que identificam a juventude no estado, bem como subsidiar as ações dos gestores no desenvolvimento das políticas públicas voltadas a esse público.

A pesquisa abordou a definição de juventude adotada pelo Estatuto da Juventude (Lei n. 12.853/2013), que considera a faixa etária de 15 a 29 anos para efeito de definição das políticas públicas. Como base de dados principal, o estudo utilizou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e PNAD Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O documento destaca que, além da criação do Estatuto da Juventude, em agosto de 2013, outros documentos foram criados com vistas a assegurar uma política de Estado e institucionalizar as políticas públicas voltadas à juventude no País, como a criação do Sistema Nacional da Juventude (SINAJUVE), por meio do Decreto Federal n. 9.306/2016; o sistema define as atribuições dos municípios, Estados e União no âmbito da Política Nacional da Juventude (FAPESPA, 2018).

No contexto paraense foi criado o Conselho de Juventude do estado do Pará (CONJUEPA), por meio da Lei Estadual n. 6.936/2016, mediante o que no período era o projeto Pro Paz. Segundo o relatório, o CONJUEPA “passou a ser órgão de interlocução da juventude paraense” (FAPESPA, 2018, p. 10), com a perspectiva de institucionalizar políticas voltadas à juventude no estado.

O relatório aponta ainda que, ao abordar a temática da juventude, é necessário considerar que não há precisamente uma juventude, mas juventudes caracterizadas de acordo com suas diferentes vivências e identidades sociais, com isso o relatório ressalta que é fundamental aprofundar os estudos sobre a temática, no que tange principalmente a informações a respeito das características demográficas, acesso à educação, mercado de trabalho, saúde, entre outras questões relevantes (FAPESPA, 2018).

Sob essa perspectiva, considerar a condição dos jovens, bem como colocado pelos autores e pelo documento, é também refletir acerca das marcas da desigualdade social, da pobreza, da exclusão ou inclusão feitas de maneira ineficiente (como colocado na seção seguinte por Martins, 1997), da exposição a vários tipos de violência, entre outros cenários nos quais as juventudes estão inseridas. Por vezes suas condições tornam-se invisíveis aos olhares dos governantes responsáveis pelas políticas públicas e, até mesmo, podem ser invisíveis no interior das próprias instituições escolares.

Segundo os dados da pesquisa (FAPESPA, 2018) no estado do Pará, em 2016, o número da população jovem, considerando a faixa etária de 15 a 29 anos, era de 2,191 milhões, o que representa 47% da população jovem na região norte (4,657 milhões), concentrando o maior quantitativo da população nessa faixa etária. Os dados também apresentam a concentração por Região de Integração (RI) da população jovem, com maior concentração na RI do Guajará, a qual se localiza na capital do estado – Belém, com 24,5%; seguida da RI do Tocantins 10,6%; Baixo Amazonas e Rio Capim, ambas com 8,4%; a menor concentração encontra-se na RI do Tapajós 3,0% (as demais RIs podem ser consultadas no Radar das Regiões de Integração/FAPESPA).

Além disso, a FAPESPA, no ano de 2018, revela os dados referentes ao sexo e a cor da população jovem do estado. No que tange à distribuição por sexo, não há diferença expressiva entre o sexo feminino e masculino, são aproximadamente 50% para ambos. Contudo, há destaque para Região Metropolitana de Belém (RMB), onde o sexo feminino expressa a maioria da população com 53%. Em relação à raça/cor, os dados apontam que 83,6% são pretos ou pardos e somente 16,4% são brancos, a RMB apresenta 79,2% da população jovem preta ou parda e 20,8% de brancos.

A variável religião também foi considerada no relatório, fato importante, pois não há dados disponíveis na PNAD sobre isso, com informações referentes ao último censo do IBGE do ano de 2010. Entre os jovens a religião predominante, em 2010, era a católica (63,5%), seguida de 25,6% de evangélicos, 8,5% de jovens que se declaram sem religião e 2,4% pertencem a outras religiões.

Em relação aos dados de escolarização da juventude paraense, o relatório coloca que, em 2015, 42% dos jovens tinham o ensino fundamental incompleto; os jovens com ensino médio completo eram 27,61%; com o ensino médio incompleto chegaram a 20,18%;

## ***Juventude (s) e ensino médio: fatores internos e externos do abandono escolar na última etapa da educação básica***

jovens com ensino superior completo representavam somente 2,63%; e o quantitativo de jovens sem escolarização era de 2,15%. O relatório destaca que os jovens da Região Metropolitana que possuem o melhor nível de escolaridade de todo o estado, no mesmo período (2015), correspondem a 32,49% com ensino médio completo. Com ensino superior completo o quantitativo era de 5%; e sem escolarização o percentual foi de 1,97% (PARÁ, 2018).

Além disso, diante da distribuição da escolarização, considerando o sexo, entre os jovens no estado a média apresentada, no ano de 2016, foi de 8 anos para os homens e de 9 anos para as mulheres. Essa situação é semelhante à média do estado e da região Norte. Por outro lado, a RMB apresenta a melhor média com 9 anos entre os homens e 10 anos entre as mulheres.

O relatório revela, ainda, que este cenário de escolarização preocupante encontrado no estado culmina com os indicadores de distorção idade-série da Secretária Estadual de Educação do Pará (SEDUC/PA), tanto para o ensino fundamental como para o ensino médio, apesar de terem apresentado redução no período de 2012 a 2016. As taxas de distorção idade-série (referentes aos jovens que não estão cursando a série de acordo com a faixa etária adequada)<sup>3</sup> ainda são elevadas. Em 2012 o ensino fundamental apresentou 36,7%, em 2016 foi para 31,%, por sua vez, o ensino médio apresentou um percentual de 54,9% em 2012 e 48,3% em 2016, os altos índices têm destaque, principalmente para a última etapa da educação básica (PARÁ, 2018).

O relatório ainda alerta que 8 das 12 Regiões de Integração (RI) apresentam os piores resultados, mais baixos que a média estadual, com destaque para a RI do Carajás, Guajará, Baixo Amazonas e Araguaia, principalmente a RI do Marajó com as maiores taxas em 2016. Nesta RI, o percentual foi de 44,8% no ensino fundamental, e no ensino médio foi de 61,5%, no mesmo período.

Outro dado importante é a relação entre estudo e trabalho. Entre jovens de 15 a 29 anos, os dados apontam que a maioria dos jovens estudam e não trabalham, um quantitativo de 843 mil, equivalente a 36%, seguidos dos jovens que não estudam e trabalham, com 699 mil, percentual de 30%. Em relação aos jovens que não estudam e nem trabalham, os dados são de 521 mil, equivalendo a 22% dos jovens. Os jovens que estudam e



trabalham são minoria, com 229 mil, 12% dessa população (PARÁ, 2018). Diante desse cenário, o relatório coloca que:

é possível observa que a baixa escolaridade de nossos jovens, reforçada por considerável evasão escolar no ensino médio, associada à entrada cada vez mais precoce no mercado de trabalho, levam a um cenário que precisa de reflexões sobre o futuro educacional e de empregabilidade dos jovens em nosso estado, necessitando, cada vez mais, de políticas públicas que intervenham nessa relação entre manutenção do ensino formal e empregabilidade entre os jovens (PARÁ, 2018, p. 21).

De forma geral, identificamos que o perfil dos jovens no estado do Pará, público que representa quase a metade da população na região (47%), considerando a faixa etária de 15 a 29 anos, há um quantitativo de homens e mulheres equilibrado (50% para ambos), os quais são, predominantemente, pretos ou pardos (83,6%), de maioria católica (63,5%) e quase a metade dos jovens apresentava o ensino fundamental incompleto (42%) até 2016, bem como os jovens que estudam, em maioria, não trabalham (36%).

Entre as muitas questões apresentadas em relação, principalmente, à escolarização, observamos que há um quantitativo expressivo de distorção idade-série, com destaque para o ensino médio, com taxas que chegam a 48,3% no estado. Esse percentual pode aumentar se considerarmos algumas RIs, como a RI do Marajó (61,5%).

São dados que representam, tal como no relatório da FAPESPA, o retrato da juventude que tem sua cidadania negada, seu presente prejudicado e seu futuro ameaçado, pois não tem acesso à educação de qualidade, nem à qualificação, nem ao emprego, sendo mais aguda essa situação em algumas RIs. Esses dados também servem de alerta para a realização de ações efetivas por parte, principalmente, do Estado para intervenção neste cenário.

Nesse contexto, estudos desenvolvidos por Carrano, Marinho e Oliveira (2015) abordam que muitas questões presentes no ensino médio não são fatores originados e isolados somente desta etapa da educação básica, questões referentes ao fluxo escolar e, especificamente, ao abandono são marcas precárias que acompanham os alunos desde o ensino fundamental, o que desencadeia ciclos deficientes no processo de escolarização.

Em síntese, percebe-se a criação de uma espécie de sistema precário de escolarização que atravessa tanto o ensino fundamental quanto o médio. Este sistema é marcado por processos de escolarização de baixa infraestrutura e insuficiente formação acadêmica que a escola consegue oferecer e na socialização

## ***Juventude (s) e ensino médio: fatores internos e externos do abandono escolar na última etapa da educação básica***

que possibilita. Uma das peculiaridades desse processo é que os jovens, em especial os jovens pobres, vêm sendo os mais atingidos por ele (CARRANO; MARINHO; OLIVEIRA, 2015, p. 1441).

Nesse sentido, a condição social dos jovens precisa ser considerada, uma vez que as desigualdades sociais também geram desigualdades educacionais, no âmbito da escola pública, em especial. Dessa forma, há a necessidade de políticas educacionais que enfrentem essa realidade de negação de direitos, que contemplem as demandas dos jovens da classe trabalhadora, na perspectiva de oferecer-lhes oportunidades de acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos, à cultura, ao trabalho, assegurando-lhe o exercício de sua cidadania.

Assim, nesta seção abordamos o perfil da(s) juventude(s) paraense(s), com destaque para os dados de escolarização que revelam questões preocupantes de fluxo no ensino médio (gerados, também, por “heranças” do ensino fundamental) e que, conseqüentemente, acarretam limites para conclusão da última etapa da educação básica.

### **Fatores internos e externos do abandono escolar no ensino médio**

O Ensino Médio no Brasil é marcado pelo dualismo educacional, desigualdades, desafios e transformações. Entre os desafios da última etapa da educação básica estão os altos índices de abandono escolar. Segundo os dados de fluxo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o estado do Pará apresentou os maiores índices de abandono do Brasil, nos anos de 2014 a 2018 (BRASIL, 2019).

Ao tratarmos de indicadores do fluxo escolar, abandono e evasão ganham destaque, esses termos expressam sérias questões que não se limitam ao ambiente escolar, mas envolvem também variáveis sociais. Dessa forma, abandono e evasão escolar configuram-se como questões socioeducacionais. Com isso, essas expressões devem ser tratadas para além de um olhar individualizado que atribui as responsabilidades diretamente ao aluno.

Além disso, é importante diferenciar abandono de evasão escolar, apesar de os termos expressarem a “saída” do aluno da escola e estarem associados ao fracasso escolar, apresentam particularidades. Diante disso, é necessário compreender o que são esses termos e, principalmente, quais são suas diferenças. Saraiva (2010, p. 1) esclarece de forma objetiva a condição de abandono e de evasão escolar ao afirmar que:

A situação de abandono escolar é frequentemente associada e até mesmo confundida com a evasão escolar. Entretanto trata-se de situações educacionais diferentes, pois, no caso do abandono o aluno retorna à escola no ano seguinte, mas para ser considerada uma situação de evasão escolar é necessário que ele não volte a se matricular.

Verificamos que os trabalhos sobre a temática do abandono escolar estão organizados em duas linhas de análise, as quais consideram os fatores internos e os fatores externos à escola, os quais contribuem como um dos principais intervenientes do abandono escolar e, conseqüentemente, limitam a permanência dos alunos no ensino médio público.

Destacamos que foram 12 trabalhos do mestrado profissional, da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, pois a investigação dessas pesquisas pautou-se nos altos índices de abandono no contexto das escolas em que os pesquisadores atuavam, os demais trabalhos também tinham como foco o abandono no ensino médio, porém sem vínculo de trabalho dos pesquisadores com o *locus* da pesquisa, no levantamento não identificamos estudos no estado do Pará com as palavras-chave citadas.

Os estudos a respeito do abandono escolar foram organizados em fatores internos e externos a instituição educativa. Em relação aos fatores externos à escola, os trabalhos identificam que uma das questões principais para o abandono é a necessidade do jovem que cursa o ensino médio ingressar, muitas vezes precocemente, no mercado de trabalho, ocorrendo dificuldade em conciliar a escola e o emprego, o que gera limites para a permanência escolar (SARAIVA, 2010; PONTILI, 2015; PAIVA JÚNIOR, 2015; DUTRA, 2015; SILVA, 2017; SILVA FILHO; ARAUJO, 2017; LIMA, 2018)<sup>4</sup>.

Dessa forma, a condição de estar no mercado de trabalho é um dos principais fatores para estudantes apresentarem-se em situação de abandono escolar. Diante disso, Carrano, Marinho e Oliveira (2015) destacam que os jovens estão inseridos em contextos sociais heterogêneos, e essa condição por vezes não é considerada pela escola, tornando-se uma das questões agravantes que contribuem para o fracasso escolar. Ao analisarem a relação do abandono escolar com a distorção idade-série, os autores afirmam que:

conciliar a dupla condição de estudante e trabalhador é fator decisivo no desafio da escolarização. Tal desafio parece ser agravado pela realidade de escolas que aparentam ignorar que expressiva parte de seus alunos também já são trabalhadores ou se encontram em busca de trabalho (CARRANO; MARINHO; OLIVEIRA, 2015, p. 1441).

## ***Juventude (s) e ensino médio: fatores internos e externos do abandono escolar na última etapa da educação básica***

Nesse sentido, os autores destacam ainda que, “considerando a relação entre trabalho e abandono, os jovens que declararam trabalhar e estudar são de fato aqueles que apresentam maior probabilidade de abandonar tanto no ensino fundamental como no ensino médio” (CARRANO; MARINHO; OLIVEIRA, 2015, p. 1450). Esse fator é determinante, principalmente na última etapa da educação básica.

Além da condição de trabalho ser um dos fatores propícios para o abandono escolar, as pesquisas da área abordam que a gravidez, em alguns casos na adolescência, o envolvimento com drogas ilícitas e a ausência do apoio familiar, também são fatores que contribuem para o quadro de abandono escolar, no âmbito do ensino médio (SOUSA, 2016; LIMA, 2018; ALVES, 2018; SILVA, 2018).

Sob essa perspectiva, as pesquisas desenvolvidas por Soares *et al* (2015) abordam, também, a condição juvenil atrelada aos fatores intervenientes do abandono escolar. Os autores sinalizam que os grupos mais vulneráveis à situação de abandono pertencem à classe social mais pobre, onde os fatores supracitados ganham maior expressão.

Os jovens em situação de risco pertencentes às classes econômicas mais baixas perdem duplamente: primeiro, a família não tem experiência prévia para construir um capital cultural que dê a relevância devida à educação e que, de fato, a relacione com o sucesso profissional e uma ascensão social [...]. Por outro lado – dada a necessidade de aumentar a renda ou, pelo menos, diminuir as despesas –, é difícil continuar incentivando um aluno que tenha sofrido sucessivos fracassos em sua vida escolar a continuar os estudos (SOARES *et al*, 2015, p. 770).

A condição social dos jovens é um fator significativo, principalmente ao se tratar de estudantes de famílias pobres. Atrelados esses fatores às questões internas do contexto escolar que contribuem para o abandono. Os estudos de Soares *et al* (2015, p. 760) abordam, ainda, que “no tocante aos fatores internos, tem-se a diferença de linguagem dos atores escolares, atitudes dos professores, características da direção, o programa pedagógico da escola, entre outros”. As questões pedagógicas e interpessoais no âmbito escolar influenciam, também, para a situação de abandono escolar de jovens.

Além disso, outras pesquisas apontam outros fatores, tais como o desinteresse escolar, caracterizado pela “falta de vontade de estudar”, a prática pedagógica e avaliativa que não integra os alunos, problemas didático-pedagógicos de alguns professores, a falta de estrutura na escola (quadra esportiva, laboratórios, refeitório, auditório), a falta de

merenda e transporte escolar, a falta de aproximação da escola com a comunidade ao seu entorno, sucessivas reprovações, bem como o não reconhecimento pelos profissionais da escola acerca das dificuldades que os alunos apresentam, entre outras questões (SOUZA, 2013; BORGES, 2013; SANTOS, 2017; MORAIS, 2017; SOUSA, 2016; ALVES, 2018)<sup>5</sup>.

Essas questões fazem parte da realidade brasileira e formam os retratos da escola pública no País ao longo dos anos. Dessa forma, apesar do ensino no Brasil ser gratuito e obrigatório, uma parcela significativa da população não conclui a escolarização obrigatória. Sob esta perspectiva, Silva (2020) analisa que os processos de expansão da escolarização no país não estão dissociados das marcas da exclusão social, característica das desigualdades produzidas historicamente pela sociedade brasileira. Em meio à inclusão e exclusão que está presente no processo escolar e, de forma mais ampla, no processo educacional brasileiro, uma vez que:

[...] no Brasil, o binômio inclusão/exclusão é marca histórica do sistema educacional. O século XX e o processo de urbanização e industrialização, ao mesmo tempo em que pressionava pela ampliação da escolaridade da população, continha o acesso pela forma distributiva e desigual com que se ingressava no sistema escolar. A desigual inclusão nos níveis escolares, bem como sua distribuição pelo território brasileiro e entre classes sociais e raça/etnia, compõe um quadro histórico de afirmação/negação do direito à Educação (SILVA, 2020, p. 13).

Canário (2004), analisa que o principal fator da exclusão social é produzido pelo “desenvolvimento”, “modernização” e a “competitividade” orientados diretamente pela política econômica que rege cada sociedade. As repercussões dessa orientação refletem-se no contexto das escolas principalmente a partir das transformações no mundo do trabalho.

A importação para o campo educativo da problemática da exclusão, fazendo corresponder, de modo simétrico, um fenômeno que seria exterior à escola (exclusão social) a um outro fenômeno, este interno à escola (exclusão escolar), exprime não um agravamento dos problemas especificamente escolares, mas sim uma maior sensibilização por parte da instituição escolar a fenômenos de natureza social cuja origem se situa no mundo do trabalho (CANÁRIO, 2004, p. 50).

Canário (2004) afirma que a exclusão é um fenômeno social da esfera do mundo do trabalho, pois as “metamorfoses” ocorridas neste campo também são incorporadas no âmbito escolar, isto é, as exclusões geradas fora da escola encontram dentro do ambiente

***Juventude (s) e ensino médio: fatores internos e externos do abandono escolar na última etapa da educação básica***

escolar um campo fértil para gerar a exclusão em função do atendimento às demandas exigidas pelo mundo do trabalho.

Por outro lado, ao analisar a questão da exclusão social, Martins (1997) afirma que o elemento central que deve ser colocado como problemática não é, necessariamente, a exclusão, pois esse conceito sociologicamente é “‘inconceitual’, impróprio, e distorce o próprio problema que pretende explicar” (MARTINS, 1997, p. 27); segundo o autor, o problema está na inclusão feita de maneira ineficiente e, muitas vezes, de forma marginalizada, pois trata-se da forma de inclusão “daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas e para os quais não há, senão, na sociedade, lugares residuais” (MARTINS, 1997, p. 26).

Nesse contexto, Martins (1997) demonstra que, historicamente, o problema da “exclusão” começou a se colocar quando foi se consolidando no mundo um “modo de vida do excluído”, o processo que alguns chamam de “exclusão”, não cria mais os pobres, segundo o autor, “ele cria uma sociedade paralela que é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político” (MARTINS, 1997, p. 34), isto é, se por um lado integra os indivíduos (pobres e ricos), de forma digna ou não, nos ciclos das atividades econômicas de consumo, por outro lado há indivíduos que estão à margem dos processos de ampla cidadania, pois “se baseia em insuficiências e privações que se desdobram para fora do econômico. [...] São tratados como cidadãos de segunda categoria” (MARTINS, 1997, p. 36).

Além disso, Kuenzer (2005) esclarece a relação entre educação e trabalho, ao analisar o modelo de acumulação flexível no contexto capitalista de produção. A autora aborda que, para atender aos moldes do capital, as instituições educativas desenvolvem um ensino aligeirado, nos padrões do mercado e distantes da real democratização dos conhecimentos, gerado por um processo de inclusão excludente e uma articulação com os processos de exclusão includente presente no mundo do trabalho, pois:

[...] a inclusão excludente, ou seja, as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo; ou, na linguagem toyotista, homens e mulheres flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência, acompanhando as mudanças e educando-se permanentemente (KUENZER, 2005, p. 14-15).

Diante desse cenário, a questão do abandono escolar precisa ser vista para além da ideia naturalizada “como culpa do indivíduo, do fracasso do aluno, seja pela sua condição socioeconômica, seja pela falta de acompanhamento familiar, desnutrição, desinteresse, necessidade de trabalhar [...]” (COELHO; GARCIA, 2016, p. 163). É um fenômeno complexo e envolve vários fatores no âmbito escolar e, principalmente, fora dele. Por isso, a perspectiva é tratarmos o abandono como um fenômeno social que entrelaça várias dimensões da vida do sujeito, especificamente dos jovens da escola pública.

Nesse contexto, Ramos (2015, p. 141) afirma que a situação de abandono escolar “deve sempre ser vista como um fenômeno complexo, pois não envolve somente o sujeito afastado, mas a sociedade como um todo, incluindo o estado e as políticas públicas”. É um fenômeno que vai de encontro aos direitos conquistados e garantidos pela legislação do País. Dessa forma, como uma questão complexa, deve abranger os diferentes atores sociais para enfrentar o problema.

A famigerada qualidade da educação, a qual é um direito de todos, ainda é escassa no chão de muitas escolas públicas do País. Dessa forma, são necessárias melhores condições de trabalho, escolas com acesso à biblioteca, recursos didáticos pedagógicos indispensáveis para o processo de ensino-aprendizagem, água potável, merenda digna, entre outras necessidades essenciais. Nesse sentido, assegura-se que a legislação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE – 2014/2024), deve ser, de fato, uma realidade nas escolas, pois é impropriedade que escolas não tenham condições básicas para o seu pleno funcionamento.

A categoria abandono escolar ganhou destaque principalmente no que se refere aos fatores intervenientes do abandono na última etapa da educação básica, uma vez que verificamos um ensino marcado por sérios problemas de fluxo e de conclusão, gerados não somente por questões estritamente escolares, mas relacionado a fatores sociais, também produto das disparidades da sociedade brasileira. É um fenômeno complexo e envolve vários fatores no âmbito escolar e fora dele.

Na presente seção abordamos os estudos realizados com a temática dos fatores que levam ao abandono, que limitam a permanência dos alunos na escola, os quais são intrínsecos e extrínsecos às instituições educativas. Para compreendermos o abandono no

## ***Juventude (s) e ensino médio: fatores internos e externos do abandono escolar na última etapa da educação básica***

ensino médio, o levantamento das pesquisas desenvolvidas sobre a temática foi relevante para situar a problemática na última etapa da educação básica em âmbito nacional, e tratar o abandono como um fenômeno social que entrelaça várias dimensões da vida do sujeito, especificamente dos jovens de escola pública.

### **Considerações finais**

No artigo tratamos acerca da última etapa da educação básica, com foco no contexto paraense, bem como tratamos o perfil da(s) juventude(s) no estado. Verificamos um cenário marcado por sérios problemas de fluxo e de conclusão, gerados não somente por questões estritamente escolares, mas relacionados a fatores sociais, produtos das desigualdades da sociedade brasileira. Abordamos, também, ainda que brevemente, as diferenças entre abandono e evasão escolar, termos que se tornaram cada vez mais frequentes nas escolas brasileiras, que em alguns contextos são tratados como sinônimos, entretanto apresentam suas particularidades.

Com a ênfase no abandono escolar, identificamos que os estudos sobre essa temática enfatizam suas causas, os fatores intrínsecos e extrínsecos às instituições educativas que levam ao abandono, os quais estão: a necessidade, muitas vezes antecipada de conseguir um emprego, a gravidez precoce, as sucessivas reprovações, a falta de estrutura da escola, a não articulação da escola com a comunidade ao seu entorno, entre outras questões trabalhadas no texto. São variáveis relevantes que devem ser consideradas para compreender o cenário dos altos índices de abandono escolar no ensino médio do país.

Ainda que diante das desigualdades presentes historicamente na sociedade brasileira, é preciso caminhar na construção de oportunidades aos sujeitos, especialmente aos que pertencem às classes populares, aqueles que veem seus sonhos interditados, com políticas educacionais e práticas escolares que não contemplem suas reais necessidades, suas perspectivas para melhores condições de produzirem a vida.

Portanto, é fundamental que haja a elaboração e o cumprimento de políticas voltadas para esse público que considere, de fato, as diferentes realidades e contextos nos quais os jovens estão inseridos, que lhes ofereçam condições reais de produzirem suas vidas, com vistas a garantir não somente o acesso, mas principalmente a permanência escolar e que seja garantida com qualidade para todos. Os jovens têm esperanças em um



futuro melhor, que deve começar com um presente que ofereça oportunidades e considere as especificidades de suas trajetórias e histórias de vida.

### Referências

ALVES, E. J. **Abandono no Ensino Médio**: um estudo de caso sobre as ações gestoras na escola Constâncio no município de Nacip Raydan – Minas Gerais. 2018. 194 f. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://bityli.com/IYZzb>. Acesso em: 30 set. 2019.

BORGES, F. H. M. **A gide no contexto de uma escola de ensino médio regular noturno no Rio de Janeiro**: uma análise das práticas gestoras. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/a-gide-no-contexto-de-uma-escola-de-ensino-medio-regular-noturno-no-rio-de-janeiro-uma-analise-das-praticas-gestoras/>. Acesso em: 8 jun. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores Educacionais**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/94Ce6>. Acesso em: 24 jun. 2019.

CANÁRIO, R. Territórios educativos e políticas de intervenção prioritária: uma análise crítica. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 47-78, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://bityli.com/jchKT>. Acesso em: 7 jun. 2019.

CARRANO, P. C. R.; MARINHO, A. C.; OLIVEIRA, V. N. M. Trajetórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de ensino médio. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, p. 1439-1454, dez. 2015. Disponível em: <https://bityli.com/2242c>. Acesso em: 25 set. 2019.

CASSAB, C. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. **Revista Perspectiva**, Juiz de Fora, v. 17, n. 2 p. 145-159, 2011.

COELHO, A. J. P.; GARCIA, N. M. D. Permanecer ou Abandonar, eis a questão: um estudo sobre os motivadores da permanência e abandono escolar em escolas profissionais. In: SILVA, M. R.; OLIVEIRA, R. G. (org.). **Juventude e Ensino Médio**: sentidos e significados da experiência escolar. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2016. p. 159-180.

GROPPO, L. A. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude. **Revista Desidades**, Rio de Janeiro, n. 14, v. 5, mar. 2017.

DUTRA, A. M. T. **Abandono escolar na rede pública estadual de Mato Grosso**: entraves para o acesso ao ensino médio. 2015. 80 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/abandono-escolar-na-rede-publica-estadual-de-mato-grosso-entraves-para-o-acesso-ao-ensino-medio/>. Acesso em: 9 jun. 2019.

***Juventude (s) e ensino médio: fatores internos e externos do abandono escolar na última etapa da educação básica***

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. **Capitalismo, Trabalho e Educação**, São Paulo, v. 3, p. 77-96, 2005. Disponível em: <https://bityli.com/YwklI>. Acesso em: 28 set. 2019.

LIMA, R. R. **O abandono escolar no ensino médio da escola estadual Rui Barbosa**. 2018. 117 p. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://bityli.com/clfDk>. Acesso em: 7 jun. 2019.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MORAIS, C. N. **Reflexões sobre o fluxo escolar no ensino médio: o caso da escola estadual Presidente Tancredo Neves**. 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://bityli.com/KGt1O>. Acesso em: 09 jul. 2019.

PAIVA JÚNIOR, I. A. **O abandono escolar no ensino médio estadual na Região do Grande Bom Jardim**. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

PARÁ. Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Perfil da juventude paraense**: 2018. Belém, 2018. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/produto>. Acesso em: 17 set. 2019.

PONTILI, R. M. **Determinantes do abandono e atraso escolar, de adolescentes no ensino médio: uma análise para região sul do Brasil**. 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento regional e agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015.

RAMOS, E. S. S. **As relações com o saber/aprender dos jovens do ensino médio em situação de abandono escolar**. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

SANTOS, A. B. **O abandono escolar em 2 escolas estaduais da CDE 05 de Manaus/AM**. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id\\_trabalho=6062284](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=6062284). Acesso em: 8 jun. 2019.

SARAIVA, A. M. A. Abandono escolar. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Disponível em: <https://www.gestrado.net.br/pdf/391.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2019.

SILVA FILHO, R. B. ARAUJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito>. Acesso em: 27 maio 2019.

SILVA, L. A. F. **Possíveis influências dos projetos de intervenção realizados na escola estadual Antônio Martins do Espírito Santo nas taxas de abandono do ensino médio.** 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5534835](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5534835). Acesso em: 7 jun. 2019.

SILVA, M. R. Ampliação da obrigatoriedade escolar no Brasil: o que aconteceu com o Ensino Médio. **Revista Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 107, p. 274-291, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://bityli.com/LxJYw>. Acesso em: 18 maio 2020.

SOARES, T. *et al.* Fatores associados ao abandono escolar no Ensino Médio público de Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul./set. 2015. Disponível em: <https://bityli.com/5bm4R>. Acesso em: 14 jun. 2019.

SOUSA, E. M. **A reprovação, evasão e abandono no ensino médio noturno de uma escola estadual do Amazonas.** 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/a-reprovacao-evasao-e-abandono-no-ensino-medio-noturno-de-uma-escola-estadual-do-amazonas/>. Acesso em: 9 jun. 2019.

SOUZA, F. P. **O movimento de abandono da escola: um estudo sobre os alunos do 1º ano do ensino médio regular de uma escola pública em Juiz de Fora/MG.** 2013. 136 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Católica de Petrópolis, Rio de Janeiro, 2013.

## Notas

---

<sup>1</sup> Por conta dos limites deste trabalho não foram incluídas todas as referências que compõem o levantamento bibliográfico.

<sup>2</sup> O Pro Paz é um Programa voltado para atender pessoas em situação de vulnerabilidade social no estado do Pará. Segundo informações o Programa é “vinculado à Casa Civil, o Pro Paz surgiu em 2004 como programa de governo. Foi estabelecido por meio do Decreto número 1.046, de 04 de junho de 2004 tendo como base a difusão da Cultura de Paz. Naquele ano, o Governo do Pará buscou alinhar e integrar as políticas para a infância e juventude, objetivando maior efetividade e otimização dos recursos públicos. Sua criação pressupunha a articulação entre o programa e entes governamentais e não governamentais com a finalidade de fortalecer ações de políticas públicas para o setor na região”. Disponível em: <http://www.propaz.pa.gov.br/pt-br>. Acesso em: 17 out. 2019.

<sup>3</sup> De acordo com o relatório “o ensino fundamental foi dividido em anos, que vão do 1 ao 9 ano e as idades vão de 6 a 14 anos, cronologicamente, um ano para cada série. Uma resolução de 2010 do Conselho Nacional de Educação (Brasil), que passou a valer a partir de 2011, fixou ingresso no ensino fundamental de crianças com 6 anos completos até 31 de março. O Ensino Médio, foi dividido em 3 séries, que vão de 15 a 17 anos, cronologicamente, um ano para cada período” (FAPESPA, 2018, p. 18).

***Juventude (s) e ensino médio: fatores internos e externos do abandono escolar na última etapa da educação básica***

- <sup>4</sup> A partir dos trabalhos levantados no banco de dados da Capes, realizamos a pesquisa bibliográfica e identificamos, nas pesquisas, que o emprego é um dos fatores externos à instituição escolar que assume o papel de principal interveniente extraescolar, pois interfere significativamente para o abandono escolar, bem com outros fatores que abordamos ao longo da seção.
- <sup>5</sup> Assim como verificamos questões externas à instituição escolar que propiciam o abandono, também identificamos nas pesquisas fatores internos à instituição escolar que podem contribuir para os casos de abandono escolar e distanciar o direito à permanência e a conclusão dos estudos da educação básica.

**Sobre os autores**

**Sandy Caroline Seabra Coelho**

Pedagoga

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica da Universidade Federal do Pará – PPEB/UFPA

E-mail: sandycoelhofpa@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9914-4981>

**Ronaldo Marcos de Lima Araujo**

Doutor em Educação

Professor titular do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica da Universidade Federal do Pará – NEB/UFPA

E-mail: ronaldolimaaraujo@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5982-793X>

Recebido em: 12/03/2021

Aceito para publicação em: 10/04/2021